

Mudanças patrimoniais e concentração fundiária em torno do setor de silvicultura para celulose e papel no Rio Grande do Sul: o caso da Celulose Riograndense

Lara Lopes da Silva¹, Kymberlyn Vitória da Silva Lima¹, Camila Padilha Bueno¹, Raissa Silva Lima¹, Jefferson Rodrigues dos Santos^{1*}

*Orientador(a)

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *Campus*
Rio Grande. Rio Grande, RS

No capitalismo globalizado e crescentemente caracterizado pelo papel da tecnologia e da informação na produção da riqueza, algumas atividades permanecem dependentes de fatores clássicos da economia, como a terra. Coloca-se um problema geográfico, pelo fator locacional que a terra representa na lógica das empresas, e pelo fato da terra ser componente do espaço de vida de outros grupos sociais. No projeto de pesquisa Análise da dinâmica territorial da silvicultura para celulose e papel no Rio Grande do Sul: da expansão aos efeitos da crise de 2008, a metodologia do estudo de caso e conceitos da Geografia Econômica e Economia foram utilizados para responder a questão: quais problemas socioeconômicos são gerados a partir instalação dos grandes investimentos em silvicultura para celulose e papel no Rio Grande do Sul? No ambiente de concorrência intercapitalista resultam estruturas de mercado, sendo o oligopólio uma tendência geral. Um mercado oligopolista pode ser identificado pela alta concentração de capitais entre um pequeno grupo de empresas de um setor econômico, resultantes dos processos concorrenciais, políticas públicas, além de barreiras à entrada de novos concorrentes, como volume de capital inicial, tecnologia, ou mesmo a terra. A tendência deste processo leva à concentração de capital e capacidade produtiva em torno de grandes empresas com condições tecnológicas e econômicas para expansão. No contexto da silvicultura para o mercado de celulose e papel, a terra assume uma dimensão estratégica. Assim, essa tendência oligopolista faz com que grandes empresas concentrem muitos hectares de terra, já que esta é a sua fonte de produção e barreira à entrada de novos concorrentes. Como resultado parcial da pesquisa constatamos que a empresa chilena CMPC passou a concentrar a atividade no Rio Grande do Sul. Essa concentração iniciou em 2008 pela fusão das empresas Aracruz e Votorantim, formando a Fíbria. Seus ativos eram compostos por uma fábrica em Guaíba, e terras com cultivos de eucaliptos para atender a produção de duas fábricas em regiões distintas do estado. Em meados de 2009 a CMPC formou a Celulose Riograndense adquirindo a unidade do município de Guaíba e, em 2012, adquirindo o restante dos ativos da Fíbria e de uma segunda empresa, a finlandesa Stora Enso, com investimentos contemporâneos aos realizados por Aracruz e Votorantim no estado. Como resultado, atualmente a CMPC possui quase meio milhão de hectares (467 mil) no Rio Grande do Sul, o que corresponde a aproximadamente 1,6% do território total do estado. Apesar dos resultados parciais, pode-se concluir que, ao agregar a terra como fator de produção e estratégia de concorrência, a formação do oligopólio no setor de celulose resulta em um nível extremo de concentração fundiária.

Palavras-chaves: agropecuária; celulose e papel; concentração fundiária.